



EM Nº 178/2025

Florianópolis, 20 de outubro de 2025

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto, que introduz as Alterações 4.965 e 4.966 no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

As alterações estão relacionadas às operações com combustíveis e lubrificantes e, a seguir, serão abordadas em tópicos específicos.

***1) Atribuição de responsabilidade por substituição tributária aos atacadistas de lubrificantes***

Atualmente, nas operações interestaduais com lubrificantes, nos termos do VII ao *caput* do art. 149 do Anexo 3, o estabelecimento remetente (localizado em outra unidade federada) é responsável por substituição tributária, recolhendo antecipadamente o ICMS que seria devido nas operações subsequentes.

Contudo, o Grupo Especialista Setorial em Combustível e Lubrificantes (GESCOL) desta Secretaria de Estado da Fazenda vem identificando um recorrente subfaturamento nessas operações, que faz com que o imposto recolhido antecipadamente seja calculado a partir de uma base de cálculo significativamente menor do que o preço habitualmente praticado nas vendas a consumidor final.

De um lado, o fato de os contribuintes estarem localizados em outra unidade da federação dificulta o acompanhamento e o controle fiscal das operações pela administração tributária e, de outro, o caráter pulverizado do mercado varejista de lubrificantes, composto por diversos estabelecimentos de menor porte, dificulta a cobrança da complementação da diferença entre o imposto recolhido antecipadamente e o imposto efetivamente devido, calculado sobre o valor da operação a consumidor final.

Excelentíssimo Senhor  
JORGINHO MELLO  
Governador do Estado  
Florianópolis - SC



Para enfrentar esse problema e tendo em vista o fato de que grande parte dessas operações interestaduais é destinada a um pequeno número de fornecedores, que posteriormente remete os lubrificantes aos estabelecimentos varejistas, a atribuição de responsabilidade por substituição tributária a esses estabelecimentos atacadistas localizados no Estado facilitaria o controle da cadeia de comercialização pela administração tributária.

Diante do contexto narrado, a Alteração 4.965 propõe o acréscimo do inciso VIII ao *caput* do art. 149 do Anexo 3, atribuindo também aos estabelecimentos comerciais atacadistas de lubrificantes responsabilidade por substituição tributária nas operações com tais mercadorias.

Ressalte-se que, em consonância com o inciso II do parágrafo único do art. 121 do Código Tributário Nacional<sup>1</sup>, a responsabilidade por substituição tributária do atacadista já está prevista em lei, nos termos do inciso II do *caput* do art. 37 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996<sup>2</sup>, que estabelece que a efetiva implementação da responsabilidade, em relação a cada mercadoria, será feita por meio de Decreto do Governador do Estado.

Por fim, nos termos do inciso I do *caput* do art. 2º da minuta, a Alteração produz efeitos a contar do primeiro dia do segundo mês subsequente à publicação do Decreto, concedendo aos estabelecimentos atacadistas um prazo para se adequar à nova sistemática.

## **2) Dispensa de obrigação de inscrição estadual às distribuidoras de combustível que não apuram ou recolhem qualquer imposto para o Estado**

Atualmente, nos termos do art. 6º do Anexo 12, é obrigatória a inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CCICMS) de todos os estabelecimentos (refinarias, importadores, distribuidoras, entre outros) que remetam combustíveis a Santa Catarina.

Contudo, com a implementação do regime monofásico de incidência do ICMS nas operações com combustíveis, as distribuidoras de combustíveis localizadas em outras unidades federadas não mais recolhem ICMS ao Estado, uma vez que o imposto incide uma única vez em operação anterior, na qual é recolhido pela refinaria ou pelo importador.

Não obstante, a legislação tributária determina o cancelamento automático da inscrição estadual dos contribuintes sem movimento de ICMS nos últimos 6 meses, situação que gera insegurança jurídica e receio dos contribuintes de sanções relacionadas à manutenção (ou não) da inscrição.

Dessa forma, não há justificativa técnica para que tais estabelecimentos sejam obrigados a manter a inscrição estadual em Santa Catarina, razão pela qual a Alteração 4.966 modifica o parágrafo único do art. 6º do Anexo 12, estabelecendo que a obrigatoriedade de inscrição no CCICMS não se aplica ao estabelecimento que, em razão do regime monofásico, não apure ou recolha qualquer imposto para este Estado.

<sup>1</sup> Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se: (...)

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

<sup>2</sup> Art. 37. Fica responsável pelo recolhimento do imposto devido, na condição de substituto tributário: (...)

II – o estabelecimento que as houver produzido, o importador, o atacadista ou o distribuidor, conforme dispuser o regulamento, pelo imposto devido pelas saídas subsequentes das mercadorias relacionadas na Seção V do Anexo I desta Lei, **caso em que a substituição tributária será implementada, relativamente a cada mercadoria, por decreto do Chefe do Poder Executivo**; (Grifou-se)



### **3) Considerações finais**

Do ponto de vista orçamentário, informamos que a presente minuta apenas trata de regras relativas à atribuição de responsabilidade tributária e à obrigatoriedade de inscrição estadual de determinados contribuinte, não concedendo qualquer benefício fiscal, razão pela qual não há necessidade de observância das disposições relativas à renúncia de receita previstas no art. 14 da [Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Finalizando, solicitamos que a tramitação da presente minuta de Decreto ocorra em regime de urgência, para que tão logo sejam implementadas as regras que objetivam evitar prejuízos ao erário nas operações com lubrificantes.

Respeitosamente,

**Cleverson Siewert**  
Secretário de Estado da Fazenda  
(assinado digitalmente)

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<b>Anexo 3 do RICMS/SC-01 – art. 149</b>	<b>Alteração 4.965</b>	
<p>Art. 149. Nas operações internas e interestaduais destinadas a este Estado com os combustíveis e lubrificantes relacionados na Seção VII do Anexo 1-A, ficam responsáveis pelo recolhimento do imposto relativo às operações subsequentes:</p> <p>.....</p> <p>VII – .....</p> <p>.....</p>	<p>Art. 149. ....</p> <p>.....</p> <p>VIII – o atacadista de lubrificantes.</p> <p>.....</p>	<p>A Alteração 4.965 acrescenta o inciso VIII ao <i>caput</i> do art. 149 do Anexo 3, atribuindo aos atacadistas de lubrificante responsabilidade por substituição tributária nas operações com lubrificantes.</p>
<b>Redação Atual</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
<b>Anexo 3 do RICMS/SC-01 – art. 149</b>	<b>Alteração 4.965</b>	
<p>Art. 6º A refinaria de petróleo ou suas bases, o estabelecimento produtor de biocombustível, as CPQ, a UPGN, o formulador de combustíveis, a distribuidora de combustíveis, o importador e o TRR localizados em outra UF que efetuarem remessa de combustível derivado de petróleo para este Estado ou que adquirirem B100 ou EAC deste Estado deverão inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CCICMS), observado o disposto no art. 27 do Anexo 2 deste Regulamento.</p> <p>Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se também a contribuinte ou agente da cadeia de comercialização que apenas receber de seus clientes informações relativas a operações interestaduais e tiver que registrá-las nos termos do inciso II do <i>caput</i> do art. 16 deste Anexo.</p>	<p>Art. 6º .....</p> <p>Parágrafo único. A obrigatoriedade de que trata o <i>caput</i> deste artigo não se aplica ao estabelecimento que, em razão do regime de tributação monofásica, não apure ou recolha qualquer imposto para este Estado.</p>	<p>A Alteração 4.966 modifica o parágrafo único do art. 6º do Anexo 12, estabelecendo que a obrigatoriedade de inscrição no CCICMS não se aplica ao estabelecimento que, em razão do regime monofásico, não apure ou recolha qualquer imposto para este Estado.</p>